



47

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2016

Os trabalhos e os dias em terras de Lorvão nos inícios do século xx

Works and days in the lands of Lorvão in the beginning of the 20th century

GUILHERMINA MOTA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
guimota@mail.telepac.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 22/06/2016

Resumo:

Este trabalho acompanha o quotidiano de um habitante da região de Lorvão que, em 1907, durante quatro meses, regista num diário pessoal ações, eventos, quase nada de emoções. Apesar de anónimo, este registo permite reconstituir parcialmente as tarefas com que se ocupa e parte da sua rede de relações sociais, onde se destacam as que se associam à Confraria das Almas. Favorece igualmente a reconstrução de um quadro social que é dominado pela agricultura, mas onde se articulam trabalho oficinal, gestão, lazer e até inovação tecnológica, recebida com a mesma sobriedade com que anota a regular cadência dos dias.

Palavras-chave:

Vida quotidiana; Mundo rural; Diário; Confrarias.

Abstract:

This work accompanies the everyday life of an inhabitant of Lorvão region in 1907 that, in the course of four months, recorded a personal diary of activities, events, almost no emotions. Although anonymous, this record permits reconstructing some of the tasks he embraces and part of his social network, mainly his links to the “Confraria das Almas” (Brotherhood of Souls). It also favors the reconstruction of a social framework dominated by agriculture, nonetheless articulated with workshop labor, management, leisure, and even technological innovation, described with the same sobriety he uses to annotate the regular cadence of days.

Keywords:

Everyday life; Rural world; Personal diary; Brotherhoods.

«Reguei feijões e coives concertei a porta do relógio puz a aza na tampa do forno, defolhei um pouco no Valr.º da Boiça, armei os barrotes p.º fazer palheiro arrumado á tulha etc Veio o Ant.º que levou 18 mil rs para o j.º do Sr Duque».

Eis os afazeres com que alguém, em terras de Lorvão, preenche o seu dia numa segunda-feira, 2 de setembro de 1907. Em tempo da recolha do milho, este homem anda com as espigas às voltas, cuida da horta, faz concertos em casa, empreende obras de maior envergadura e ainda se dispõe a tratar de assuntos de dinheiro. Ao longo dos meses que se seguem vai desenvolver muitas outras atividades que lhe tomam as horas e consomem as energias, mas que lhe merecem tal consideração que as deixa registadas em breves apontamentos.

A fonte que nos guia ao encontro deste laurbanense consiste precisamente nesses apontamentos, entremetidos num livro de Receitas e Despesas da Confraria das Almas, mais conhecida por Confraria dos Leigos, ereta na igreja paroquial de Lorvão¹. O livro contém o lançamento das contas relativas ao exercício dos anos que vão de 1867 a 1894. Nele constam, devidamente discriminadas, as diversas parcelas dos réditos e dos gastos e, ao fundo da página, os nomes e assinaturas dos elementos da direção.

Esta confraria tinha como principal desígnio a salvação das almas dos confrades. Secundariamente, competia-lhe zelar pelo aumento da felicidade espiritual e temporal dos irmãos, socorrendo e amparando, principalmente pela caridade, os que dela necessitassem². Para cumprir o seu objetivo fundamental, obrigava-se aos sufrágios pelos irmãos que morriam durante o ano, ao seu acompanhamento até à última morada, a missas quotidianas pelas almas de todos os irmãos vivos e defuntos e à celebração todos os anos, na matriz de Lorvão, do Aniversário, que costumava realizar-se no dia 2 de novembro e compreendia officio de nove lições, missa solene, sermão e absolvição de túmulo pelas almas de todos os confrades. Bem se sabe que uma das principais razões de adesão a estas instituições pias residia precisamente na garantia de um lugar no culto dos mortos, beneficiando os irmãos de proteção religiosa no momento de passagem e contando depois com o empenho da corporação para manter, de forma perene, a continuidade das orações rezadas em intenção dos que partiam³.

¹ Arquivo privado, “Confraria dos Leigos da Igreja de Lorvão”.

² *Reforma dos Estatutos da Confraria das Almas (denominada dos Leigos) erecta na Igreja da Freguezia de Lorvão, Concelho de Penacova, do Districto de Coimbra*, Coimbra, Typographia de M. C. da Silva, 1885, p. 5.

³ Guilhermina Mota, *A Irmandade da Senhora do Carmo da Marmeleira – Mortágua (Primeira metade do século XVIII)*, sep. *Revista de História das Ideias*, 9 (1987), p. 267-308.

No conjunto das confrarias do distrito de Coimbra em 1876-1878, tinha um lugar relativamente destacado. As confrarias existentes eram compostas, em média, por 180 elementos, predominando as de pequena dimensão⁴, enquanto que esta era uma das maiores, com 1.220 irmãos em 1876-1877, segundo a soma do livro de contabilidade, e viu neste lapso de tempo o seu número aumentar, pois terá 1.478 em 1911⁵. Levando em consideração que a população do concelho de Penacova era, nesse ano, de 18.094 pessoas⁶, avalia-se o peso desta irmandade, pois os seus membros equivaleriam a 8% dos efetivos populacionais concelhios, estando instituída numa aldeia como era Lorvão.

Também não seria das mais pobres. Em 1876-1878 apresenta uma receita média anual de 320.937 réis – receita que vai crescer consideravelmente nos anos seguintes atingindo a média de 474.459 réis nos últimos nove anos que o livro abrange –, enquanto 75% das confrarias não iam além dos 130.224 réis⁷. A sua receita era constituída pela cota anual paga pelos irmãos – uma quarta de milho vendido em praça⁸ – e por juros de capital mutuado. Havia ainda parcelas diminutas como quitações de empréstimos, aluguer e quebras de cera, multas a “irmãos rebeldes”, que valeram no conjunto apenas 1,26% da receita. A confraria tinha, em 1907-1908, dois contos de réis emprestados sobre hipoteca a juro de 5%, que rendiam 100.000 réis de juros ao ano, mas a maior fatia da receita não residia aí, mas sim nos anuais dos confrades que, entre 1867 e 1894, renderam 3:312.725 réis, ao passo que os juros se ficaram por 2:508.423.

As suas despesas eram absorvidas nos sufrágios e missas, nos vencimentos do capelão, do coveiro e do andador, em custos de administração e de secretaria, em aquisições e esmolas. A partir de certa altura, e por imposição legal, incluíam contribuições para a Escola Pública e para a Associação Nacional de Assistência aos Tuberculosos⁹. Nos inícios do século XX, incorporavam também subsídios para a construção dos cemitérios das populações do Chelo e da Serra.

⁴ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade e beneficência do distrito de Coimbra na década de 1870”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011), p. 335-336.

⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Governo Civil de Coimbra. Orçamentos de Irmandades e Confrarias. Penacova (1904-1912). Confraria dos Leigos de Lorvão.

⁶ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 (5.º Recenseamento Geral da População)*, Parte I, *Fogos – População de residência habitual e população de facto, distinguindo sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 104.

⁷ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade ...”, cit., p. 347.

⁸ Entre 1867 e 1894, o preço do alqueire do milho variou entre 285 e 450 réis, com uma média de 387, segundo informação colhida no livro de contabilidade.

⁹ Subsídios que se tornaram obrigatórios, respetivamente, por Portaria de 6 de dezembro de 1872 e por Lei de 17 de agosto de 1899.

A confraria não seria mal administrada, pois não só não tinha dívidas, como apresentou sempre excedentes. O saldo da contabilidade, na totalidade dos anos analisados, chegou a 2:118.440, ou seja, 42% da receita total, o que significa que não encaravam o socorro aos confrades como prioritário, preferindo o entesouramento, atitude partilhada à época por muitas destas instituições¹⁰. A introdução das prestações assistenciais mencionadas explica a quebra notável que tem nas suas sobras, já que o saldo anual médio foi de 163.835 réis nos 27 anos que o livro contempla, ao passo que no ano de 1907-1908 está reduzido a 16.820.

Tinha, por outro lado, a julgar pelo que acontecia nestes anos, e como a lei mandava, a contabilidade organizada e submetida a fiscalização por parte da administração do concelho. Mas os livros não seriam encarados com o escrúpulo devido a documentos dessa importância, como se depreende do estado deste que se encontra mal conservado, incompleto, manchado, sem capas. Longe de estar depositado com resguardo, e como impunham os estatutos, que determinavam que o escrivão devia guardar no arquivo todas as escrituras, documentos, papéis e livros da confraria¹¹, andou a ser reutilizado para outros fins, pois as folhas que o assentamento das contas havia deixado em branco foram usadas depois para lançar as notas de um diário. A falta de zelo do mesário comprometeu a boa manutenção do livro e o conhecimento da história da instituição, mas, em contrapartida, o seu comportamento possibilita agora descobrir um universo pouco retratado pelos próprios, o da vida quotidiana em mundo rural.

As fontes de memórias pessoais são raras e mais raras ainda as respeitantes aos meios populares e campestres. São mais conhecidas as redigidas em meios aristocráticos e burgueses, instruídos e cultos, das grandes cidades. Por outro lado, os pequenos gestos, as coisas triviais, a lida rotineira que marca o pulsar da vida diária costumam associar-se mais à esfera privada, feminina e doméstica¹². Este diário pertence a um homem, a um homem do campo, que assenta as minudências do seu dia a dia, quer as tarefas desenvolvidas, quer os momentos de recreação e vagar.

A anotação, infelizmente, é de curta duração, abarcando apenas quatro meses, entre 29 de agosto de 1907 e 3 de janeiro do ano seguinte. É, contudo, uma boa fonte para conseguir uma observação pormenorizada, de pequena

¹⁰ Maria Antónia Lopes, “Instituições de piedade ...”, cit., p. 345-346.

¹¹ *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 21.

¹² Maria Antónia Lopes, “As grandes datas da existência: momentos privados e rituais públicos” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*. Vol. III. Irene Vaquinhas (coord.), *A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 152 e 192.

escala, centrada no sujeito individual, nas suas relações próximas e regulares, na maneira como a vida se organiza relativamente aos lugares e situações, de atividade e de lazer, o que permite esboçar um quadro de história quotidiana¹³. Ademais, é esta, no ciclo agrícola anual, uma das fases de maior concentração de trabalho, com a colheita do milho, da batata, da azeitona, com a vindima e a matança do porco.

Seria útil começar por dar rosto ao autor anónimo do texto de lembranças. As pistas deixadas são, no entanto, insuficientes para o moldar com segurança. Parece certa a sua ligação à irmandade e, provavelmente, a sua pertença aos órgãos diretivos. Vários aspetos levam a essa conclusão: tem o livro em seu poder; regista no diário a entrada no cofre de 26 mil réis que António Moreira, procurador da confraria nesse ano, tinha recebido¹⁴; no dia do Aniversário remunera os sacerdotes que celebraram as cerimónias e janta com eles; em setembro vai a Coimbra pagar 16.500 réis pela confraria; assina termos de dívida que Moreira lhe entrega, indicação preciosa, pois era ao juiz que cabia assinar as guias de qualquer quantia que o procurador apresentasse¹⁵. Aliás, todos estes atos se incluem em competências do juiz.

Acresce que parece ser ele o encarregado de dirigir a obra do cemitério da Serra que a Junta de Paróquia de Lorvão andava a construir, mas em terrenos escolhidos pela Confraria das Almas que também subsidiara a sua compra¹⁶. De facto, neste projeto vai andar ocupado alguns dias, de manhã ou de tarde, com pedreiros, serventes e jornaleiros. Num domingo de outubro, os mesários da confraria, “os dos leigos”, como diz, foram com ele ver o andamento da empreitada.

A ser correta a interpretação dos dados, trata-se de António Gonçalves, que entrou para a mesa da confraria em 1901 como escrivão, passou a tesoureiro no ano seguinte e se mantinha no cargo de juiz desde 1903¹⁷. A permanência na direção denota confiança no seu desempenho e também que se encontrava

¹³ José Machado Pais, “Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana”, *Análise Social*, XXII (90), 1986, p. 13; Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*, Lisboa, Teorema, 1997, p. 28.

¹⁴ Função que implicava cobrar juros, multas e mais dinheiros. *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 23. António Moreira, procurador da Confraria das Almas ininterruptamente desde 1892, tinha 60 anos, era casado, proprietário, morador na Rebordosa. AUC, Governo Civil de Coimbra. Cadernos eleitorais, 1907. Penacova.

¹⁵ *Reforma dos Estatutos ...*, cit., p. 19, 23 e 24.

¹⁶ AUC, Governo Civil de Coimbra. Orçamentos de Irmandades e Confrarias. Penacova (1892-1903 e 1904-1912). Confraria dos Leigos de Lorvão.

¹⁷ *Idem*.

bem inserido na comunidade, pois estes cargos só eram entregues a pessoas probas, abonadas e capazes de exercitar um bom governo.

Neste ano de 1907, nos cadernos eleitorais do concelho de Penacova, apenas se alistam dois homens com esse nome, ambos proprietários e elegíveis. Um tem 79 anos de idade, é viúvo, morador no lugar do Agrelo, freguesia de Figueira de Lorvão e paga 535 réis de imposto predial; o outro tem 31, é casado, morador no lugar da Avelreira, freguesia de Lorvão, e não paga imposto, sendo elegível por saber ler e escrever¹⁸.

Qualquer deles se adapta aos contornos delineados no livro de contas, os quais colocam o seu autor por estas paragens e neste contexto profissional. A provável residência em povoação da serra quadra bem com a sua disponibilidade para andar na edificação do cemitério. Uma coisa se sabe, não mora em Lorvão, pois por mais de uma vez diz aí se deslocar. A sua atividade, assente na agricultura, parece corroborar a hipótese de ser proprietário, pois decide as tarefas a realizar e contrata trabalhadores. O primeiro parece, contudo, demasiado idoso para as múltiplas tarefas em que se envolve, o segundo demasiado jovem para estar na mesa da confraria há anos.

Dois outras razões impedem também uma atribuição indiscutível da autoria: o facto de ter uma oficina, fazer obra de sapateiro ou de latoeiro, ofícios que requerem uma aprendizagem específica, não sendo normalmente exercidos por gente de lavoura; por outro lado, regista por duas vezes, em setembro e em novembro, ter ido a Coimbra para “receber o ordenado”. Que ordenado, não é fácil de averiguar. Poderá constituir o pagamento por tomar conta de terras de algum proprietário residente na cidade, o que faria dele um caseiro ou feitor.

Seja como for, quem redige tem uma letra bem desenhada e uma exposição do pensamento ordenada e sintética que aponta para alguém com mão habituada à pena. Cultivar a escrita, dominar a disciplina do registo, sentir a necessidade de recordar o acontecido, tudo isto nos mostra um perfil que não corresponde àquele que, no dealbar de novecentos, se atribui ao campesinato, rústico, ignorante, incivilizado, muitas vezes analfabeto. Ficam as dúvidas sobre a identificação deste homem, bastante intrigante, pois sabe amanhar a terra, ajeita-se como artesão, orienta obra de pedreiro, movimenta recursos pecuniários e, surpreendentemente, escreve.

Lorvão é uma aldeia localizada em vale profundo na serra do Dianteiro, no concelho de Penacova. Pelos inícios do século XX, duas circunstâncias a faziam notável, a existência do célebre mosteiro cisterciense das freiras de S.

¹⁸ AUC, Governo Civil de Coimbra. Cadernos eleitorais, 1907. Penacova.

Bernardo, então extinto e quase abandonado, e o fabrico artesanal de palitos¹⁹, que proporcionava um suplemento de salário numa região de fracos recursos agrícolas. Era uma povoação pequena, mas com uma matriz imponente, pois a igreja monástica havia passado a paroquial em agosto de 1887.

A freguesia de Lorvão compreendia então, para além da sede, os seguintes lugares: Aveleira, Caneiro, Casal da Ribeira, Casal do Pisão, Casal do Tapado, Chelinho, Chelo, Granja do Rio, Lavatodos, Paradela, Quinta da Junceira, Quinta do Tapado, Rebordosa, Roxo, São Mamede. Era a maior freguesia do concelho, com 4281 pessoas de residência habitual em 1911²⁰.

A atividade das suas gentes centrava-se na terra, pois era uma zona sem indústrias e mesmo o transporte fluvial de mercadorias, que ocupara no passado muita população do concelho – conduzindo sal, milho, vinho, azeite, lenhas, entre outros géneros²¹ –, decaíra bastante, quer pela abertura de novas vias de comunicação terrestres, quer pelas dificuldades sentidas pela barra da Figueira da Foz, término da navegação comercial do Mondego²².

Escrevia Vitorino Nemésio, nos anos 40 do século passado, que a terra, nestes horizontes, é «muito linda para ver, mas ingrata para semear», em que as povoações são pequenos núcleos de gente «que vive da terra que conquista às enxurradas e às rochas, e onde, além de alguma horta, cultiva milho, cria galinhas, faz algum comércio de madeira e de lenhas»²³.

A fonte em que me baseio não permite gizarr um quadro da vida rural²⁴, nem pelo tipo de informação colhida, nem pelo reduzido período a que se reporta. É possível, no entanto, apreender alguns dos aspetos que o definem, como os tipos de cultura, pois quem redige movimenta-se em terras de pão, vinhas, pinhais e olivais, os géneros que semeia ou recolhe, o volume da colheita, a configuração das explorações agrícolas, pois surgem o quintal, a horta, chãos, leiras, poiais,

¹⁹ Agostinho Rodrigues de Andrade, *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 170-171.

²⁰ *Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 ...*, cit., p. 104.

²¹ Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco, *Memoria historico-chorographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, 1853, p. 112.

²² Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 257-264.

²³ Vitorino Nemésio, “Itinerário” in Sant’Anna Dionísio (coord.), *Guia de Portugal*, 3.º vol. *Beira. I. Beira Litoral*, 3.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 364.

²⁴ Uma boa caracterização do quadro rural e das fontes para o seu estudo em Margarida Sobral Neto, “Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 41-53.

matos, e mesmo alguns meios complementares de agricultura ou de indústrias rurais como alambiques, fornos, palheiros, tulhas, currais.

Em traços largos, deixemos uma ideia da faina levada a cabo, durante estes meses, por quem escreve e pelos homens e mulheres que contrata. Quase todos os dias são dois os trabalhadores, com frequência os mesmos, mas de quando em vez impõe-se uma maior necessidade de braços, chegando a rogar sete pessoas. Para o corte e tratamento das madeiras, ajusta serradores.

Desde os fins de agosto até aos Santos, época de colheita, anda ocupado com o milho, não só no campo, onde ele é ceifado, mas também na eira, onde seca, é descamisado, as espigas são desfolhadas, se faz a malha para debulhar o grão, são cortados os canoilos, atividade mais intensa quando a produção é elevada, como acontece neste caso, pois o milho rendeu, em seis eiradas, 291 alqueires²⁵. O milho, há muito cultivado nesta zona, cobria ainda neste princípio de século uma área considerável, pois era um cereal que oferecia boa produtividade, permitindo a sobrevivência em zonas de pequena propriedade. Além disso, consentia que no mesmo terreno, num sistema de policultura, crescessem as abóboras, as favas e, sobretudo, os feijoeiros, que trepavam pelas espigas do milho, tornando duplamente rentável o espaço de cultivo e dando origem a um dos alimentos mais importantes do agricultor.

Ao mesmo tempo arranca as batatas. O cultivo deste tubérculo difundiu-se na região de Coimbra desde os finais do século XVIII²⁶, tornando-se um complemento da alimentação valioso sobretudo quando havia escassez de cereais, fazendo-se dele já larga cultura em 1867²⁷. Aqui, por terras de Lorvão, em 1907, a recolha de 45 cestas²⁸ patenteia uma produção já muito enraizada e voltada para o mercado, assim como um consumo regular. Estavam em uso

²⁵ No concelho de Penacova, o alqueire, nas medidas para secos, corresponde a 14,080 litros. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *Mappas das medidas do novo systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 90.

²⁶ M. Margarida Sobral Neto, "Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (séculos XVII-XIX)", *Revista Portuguesa de História*, 29 (1994), p. 64-69.

²⁷ João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*. Dissertação de doutoramento policopiada. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1982, vol. I, p. 126.

²⁸ Não sei a que corresponde exatamente a cesta neste concelho e época. A fazer fê em informação oral (de Maria de Lurdes Barra Ferreira Gonçalves, do Casal de Santo Amaro, freguesia de Penacova), a cesta «levaria bem três arrobas». Em Aveiro, a cesta corresponderia a 2,5 alqueires (Inês Amorim, *Para uma cultura do poder: as reformas metrológicas e a realidade regional. Estudo de um caso: a metrologia do sal de Aveiro*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 65), valor que, embora menor, não anda muito longe do antes referido.

diversas variedades, pois se fala de 12 cestas das holandesas, 18 das roxas, sete das brancas e oito das ordinárias. De realçar que a cultura da batata só se vulgarizou no Minho desde a importação da holandesa na década de 1930 e com a progressiva introdução dos adubos²⁹, quando em terra lorvanense parece ter já expressão nos inícios do século.

Depois, na horta, no restolho das batatas, põe 300 pés de couve e semeia nabos, o que volta a fazer em novembro, então couves de desfolhar.

Após a ceifa do milho, com o terreno livre, há que preparar a terra para novas culturas, utilizando-a quer para forragens quer para semear os cereais de inverno. Antes de mais, anda a limpar a terra, a roçar as silvas, depois a adubar, com estrume tirado do curral dos porcos ou carreado de outras leiras, e ainda com duas carradas de adubo vindas de Souselas, a estorroar, a esborralhar, queimando folhas e galhos, a cavar, a lavar.

Em novembro, as terras levam 8,5 alqueires de trigo de sementeira, quantidade que também aponta para uma exploração de considerável extensão, embora dispersa por diversos chãos e poiais. Para além do trigo, lança à terra 3,5 alqueires de centeio, dois de aveia, cevada, alhos, favas e ervilhas. Como era uso nessa altura do ano, semeia trevo e erva, forragem para o gado, que germinando no inverno dão pasto para os animais, nabos e tremoços, plantas leguminosas que enriquecem o solo e evitam o seu esgotamento.

Simultaneamente, vai colhendo as castanhas e as peras. É também então que traz caruma para o curral dos porcos, retira rama de eucalipto e de pinheiro, arrecada e racha lenha para servir de combustível no inverno, mas também com certeza para venda. Por diversas vezes vai até ao monte, enchendo várias carradas com mato.

Em outubro lava o olival e, no último mês do ano, começa a apanha da azeitona e arranca e faz de novo mais de 100 enxertos em árvores de fruto e na vinha. O diário não chega já à feitura do azeite no lagar.

Abandonadas as enxadas temporariamente, em meados de setembro, voltou-se para a vindima, momento alto do calendário agrícola. Cortou os cachos no quintal, na horta, por terrenos da Aveleira, da Rebordosa, na Boiça, no Chão do Muro, em corrimãos, poiais e parreiras, num total de 50 cestas, levando-os depois para as dornas ou para balseiros. Fez vinho tinto e branco, que rendeu ao todo 86 almudes³⁰, 16 litros de aguardente boa e ainda duas lambicadas

²⁹ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998, p. 116, n. 10.

³⁰ No concelho de Penacova, o almude valia 20,880 litros. Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *Mappas das medidas ...*, cit., p. 90.

do bagaço espremido e dos cachos ruins. No fim ainda foi à Horta e à Boiça respigar uns últimos dois cestos de uvas para espremer para bagaço. A tarefa prolongou-se por onze dias.

No dia 26 de novembro houve matança do porco, acontecimento que era um dos pontos fortes no ritmo da vida aldeã. Por um lado, pela importância de que o animal se revestia para a economia do lar durante o ano, por outro, pelo trabalho que requeria, juntando pessoas que se reuniam em convívio animado, pois o porco, depois de morto, tinha de ser chamuscado, raspado, lavado, aberto, limpo de vísceras, pendurado e, depois de 24 horas, desmanchado, repartindo-se a carne consoante o aproveitamento a fazer, consumo imediato, salgadeira, presuntos ou enchidos.

Atividade também com algum relevo parece ser a extração de madeira, que, em 1921, compunha, juntamente com a lenha, a mercadoria mais transacionada para fora do concelho³¹. Veio madeira do sítio da Aveleira e da Ribeira, uma carrada de pinheiros da Barrosa, assim como três carvalheiros. Os serradores cortaram um eucalipto grande³² que aparelharam e desfiaram, assim como pinheiros no olival da Volta e na Aveleira. Afeiçãoaram padeais e deixaram prontos 12 sobradizes inteiriços e 10 dos curtos. Ele próprio se prestou a dar uma ajuda e apontou uns tantos paus. Algumas das tábuas (terão preparado 71) eram para uso próprio, para o carro de bois, para coiceiras, para andaimes, mas outras destinavam-se a seguir para a Figueira da Foz, pois manda dois homens com o carro à Rebordosa a ferrar os bois e a levar madeira. Daqui, esta seguiria pelo rio, o que mostra que ainda passavam as barcas serranas.

A resenha mostra a presença de milho, batata, feijão, legumes, fruta, azeite, vinho e lenha na sua economia doméstica, produtos que se granjeiam um pouco por todo o país e corroboram o que se afirmava ser, em 1855, a base da alimentação dos menos abastados no distrito de Coimbra: o pão de milho, batatas, hortaliças e algum vinho ordinário³³. Criava porcos, tinha bois e uma burra, mas não rebanhos e nem mesmo uma cabra ou ovelha em redil. Pelo menos, não lhes faz qualquer alusão. Em novembro, morreu-lhe uma porca que foi enterrada no dia seguinte.

³¹ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 260.

³² De notar que o eucalipto era ainda uma espécie de cultivo recente, pois tinha sido introduzido em Portugal depois de meados de oitocentos. Maria Carlos Radich, “Introdução e expansão do eucalipto em Portugal” in J. Sande Silva (ed.), *Pinhais e eucaliptais: a floresta cultivada*, Lisboa, Público; Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007, p. 151-165.

³³ Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Dom Quixote, 1985, vol. I, p. 109.

Não é possível conhecer a configuração ou a dimensão das suas propriedades. A quantidade dos géneros que recolhe, no entanto, deixa supor que não seriam de pequena extensão. Junto à casa de habitação ficava o quintal, onde tinha as batatas e as couves, algum milho, as uvas de parreira, a horta logo próxima com os legumes, a erva e o trevo, árvores de fruto e depois um conjunto de talhos de terra, leiras, sortes, chãos e poiais dispersos pelos lugares da Aveleira e da Rebordosa e por diversos sítios, o milho no Atalho, na Malhada, no Cimo da Serra, o pinhal na Barrosa, milho, cevada e vinha na Boiça, Chão da Boiça e Valeiro da Boiça, em Chãos de Cima e de Baixo, em Vale Carvalho, aqui também castanheiros, o olival na Mata, azeitona no Chão Missal, à Lomba de Pereiras vão à caruma, o Chão da Volta tem olival, mas também terra lavradia e sementeira de centeio e aveia, milho e batatas no Chão do Muro, milho em Vale de Cerejeiras, castanha em Amieiros, Estrada, Leira, Portal, na Presa Grande e Vale de Seixo, à Sebe d'Além vão ao estrume, há vinha e pinhal na Ribeira.

A atividade agrícola não se esgotava nos campos, exigindo também uma série de tarefas adicionais de apoio. Guardadas as colheitas, as tulhas cheias, as dornas repletas, os telheiros com lenha, entre novembro e fevereiro, tempos mortos do ciclo agrário, nas aldeias e nos longos serões de inverno, enquanto as mulheres fiavam, urdiam e teciam, era costume os homens dedicarem-se a fazer ou a consertar vasilhame, alfaias, peças simples de mobília ou dos carros de bois. Nos inícios do século XX, porém, com o declínio da indústria doméstica do linho, esta imagem dos serões rurais pertencia já a um passado que se ia perdendo. Na freguesia de Lorvão, a grande produção era a dos palitos³⁴, mas artesanato levado a cabo durante o dia e por vezes por famílias inteiras.

O anónimo escritor dos lembretes dedicava, de facto, muito do seu esforço a reparações diversas, pois era necessário manter em boas condições os diferentes apetrechos e estruturas de suporte, mas fazia-o em articulação com os demais encargos que a produção agrícola trazia. Aproveitava sobretudo os dias de chuva e de trovoadas, que só lhe permitiam a saída de casa em curtas estadias. O que caracteriza o afã dos seus dias é a pluriatividade. Tanto ia colher umas peras, como compunha um forno, tanto andava a regar como aplicava umas meias solas. A sua forma de organizar o trabalho é própria de quem tinha liberdade de decisão e dispunha do seu tempo como entendia. Em meses de maior pluviosidade, o ritmo do seu trabalho dependia principalmente das variações atmosféricas.

³⁴ Sobre a produção doméstica do linho e dos palitos, ver José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 95-102 e 134-140.

Um bem valioso era nos campos o carro de bois, que levava e trazia cargas de todos os géneros, mas também transportava o proprietário ou o lavrador, numa época em que a maioria dos homens e das mulheres do povo palmilhavam os caminhos com os produtos às costas ou à cabeça. Não admira assim que tente conservar o carro em bom estado. Para isso, manda fazer as chedas, pranchas laterais do leito do carro em que se encaixam os fueiros, com forro de madeira dos pinhais que haviam serrado, e pôr as garridas, peças de ferro sobre a qual gira o seu eixo. Fez também um tamoeiro da pele de um boi que morreu.

Para fazer a aguardente, teve primeiro de curar da limpeza e do arranjo dos alambiques, tirando um que deitava e reparando uma caldeira que estava velha. Para abrigo dos animais, construiu um curral que servia para a burra, junto à tulha, que ficou pronto em 3 de setembro, só lhe faltando a manjedoura. E para acondicionar os fenos e a palha, cuidou também de fazer um palheiro novo.

Na oficina, entregou-se em alguns dias à arte de latoeiro e de serralheiro. Fez um aro à irmã, soldou o pote de lata, a asa do regador e umas argolas, burilou dois badames, tratou do ferro de engomar “da mulher do Abílio”, pôs a asa na tampa do forno e um pé a uma navalha de sapateiro, fez uma vareta e pôs zinco num vareteiro que estava estragado, restaurou dois chapéus de sol, preparou a navalha de mola e também as folhas para o canivete do senhor prior. Perdeu a chave da oficina e pregou-lhe outra fechadura. E consertou a porta do relógio, talvez um relógio de suporte ou de parede, que era um objeto caro que, a ser dele, indica um nível de vida desafogado. Age como profissional, solda a quente, utiliza placas Lafitte.

Manufaturou e arranjou também sapatos, botas e chinelas para si e para fora. Em meios rurais, por vezes, os mais habilidosos abalançavam-se a fabricar uns tamancos de madeira³⁵, mas aqui trata-se de obra especializada. Sabe pôr meias solas, pregar carda, colocar os elásticos nas botas, remendar e circular sapatos, talhar butes de abotoadura, pespontar sapatos de fivela, pôr saltos, fazer polainas. Possui mesmo uma oficina, pois anota a dado passo: «Andei a limpar a off.a de sapataria».

No mês de outubro, em treze dos dias, ocupou-se na reparação de espingardas de vários moradores de Sazes, de São Mamede, de Souselas, compondo coronhas e culatras, fazendo-lhes chapas e canotilhos, bandoleiras, cintos e buchas, soldando e finalmente envernizando-as e pondo vivos. Adquire também cartuchos. Era a estação da caça, convinha afinar os equipamentos.

Fez ainda obra de violeiro, pois reformou um bandolim, talhou e envernizou um tampo de viola de pau de caixão, deu nova forma aos braços de uma guitarra

³⁵ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se ...*, cit., p. 127.

e colocou os vivos numa outra, retocou e encordoou uma violita e um violão que tinham caído e se tinham partido. O violão e a guitarra eram os instrumentos mais popularizados na região, possivelmente por influência do meio musical coimbrão³⁶.

Em meados de outubro, teve de desimpedir a barroca que estava entulhada das enxurradas provocadas por um grande temporal. E, como já vimos, andou também na construção do cemitério. Nesta foi necessário desenraizar árvores, abrir estrada, alisar a terra, arrancar pedra, para o que tiveram de dar dois tiros na pedreira, conduzir e assentar a pedra, levantar muros e paredes³⁷. Fez uma relação de todas as despesas com material e jornas e mantinha um rol dos gastos feitos nestas diversas atividades.

Menciona o que faz, mas não os seus pensamentos ou emoções. Não envolve familiares, mulher, filhos, pais ou irmãos, nem criados em casa. Apenas cita uma irmã que auxiliou com a confeção de um aro. Na azáfama diária os seus contactos são com os homens e as mulheres que angaria para a lavoura e a quem paga pelos serviços prestados. Não se atarda em descrições pitorescas da desfolhada ou da vindima, momentos de labuta e não de diversão, como muita literatura fantasia. Aliás, nem sequer há uma grande desfolhada. Enche seis eiradas, vai desfolhando aos poucos.

Faz parte de uma instituição pia, é crente com certeza, mas já não cumpre os rituais com o rigor que a igreja prescreve. Nos dezoito domingos e três dias santos que ocorrem durante o período em análise, apenas vai à igreja cinco vezes, sendo uma delas em 2 de novembro, o dia maior da confraria. Nas manhãs de missa, fica por casa e pela oficina, ou anda entretido a regar, a tirar vinho, a fazer lambicadas, a guardar as castanhas para que lhas não roubem. Nesta última diligência chega mesmo a dar tiros de espingarda em ladrões, ação reprovável, mormente em dia do Senhor, mas que se enquadra numa prática corrente de vigilância que os muitos furtos em latadas e árvores de fruto justificavam³⁸. Por outro lado, manifesta pouco respeito, e até algum desdém, pelos sacerdotes que rezaram o Aniversário, qualificando-os de “padrecos”. Jeito sobranceiro que se revela também na forma pouco simpática como se refere a alguns dos seus trabalhadores, o “Zé esporrinhos”, “os dois esporrinhotes”, “os dois pedantes”, ou na impaciência que revela ao considerar como “maçadores”, pessoas que o visitaram num domingo. A sua prática religiosa pouco assídua pode admirar,

³⁶ Thomaz Borba, “Dansas e cantos populares da nossa terra”, *Ilustração Portuguesa*, IV (23 de Dezembro de 1907), p. 838.

³⁷ A pedra fundamental do cemitério foi colocada no dia 23 de setembro de 1907.

³⁸ Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se ...*, cit., 140.

pois vivia em meio pequeno e sob o olhar atento da vizinhança, mas este comportamento, à época, inseria-se numa tendência de desvalorização dos atos externos de culto que surgia em outros locais³⁹. Tendência que conhecerá alguma reversão ou que não era perfilhada no interior rural, onde o ofício dominical mantinha ainda, nos anos de 1950, a sua força de coesão social; as pessoas podiam andar a trabalhar toda a manhã, a ceifar, a regar, mas, quando chegava a hora, largavam tudo para ir à missa⁴⁰.

Os dias de trabalho porfiado que marcavam a sua vida eram entrecortados por outros de descanso ou de distração. Em alguns domingos de outubro saía a passear, às vezes de espingarda, sozinho ou com amigos. Se apanhava caça não diz, verdade seja que também cão não tinha ou não refere. Para gente do povo, a posse de uma arma de fogo era uma forma de afirmação pessoal, com um significado simbólico, pois essa posse identificava-se com os estratos sociais superiores. O deambular com uma arma era por vezes objeto de censura, como se vê no comentário feito a um homem de Brasfemes: «todos os domingos e dias santos aqui anda de espingarda às costas fingindo-se grande milordem»⁴¹. Contudo, aqui em Lorvão, o uso de armas não parece incomum, a julgar pelo número de concertos que ele efetuou.

Num sábado de outubro foi a um casamento, penso que de um dos serradores que com ele andou no corte dos pinheiros e eucaliptos. Jantou com os noivos. As bodas eram por vezes grandes festas familiares, com muitos convidados, comida farta e baile, que interpunham uma pausa no desfiar rotineiro dos dias. Não se sabe se foi assim aqui pois pouco acrescentou.

A festas, a que ele chama festanças, só foi a duas, em dois domingos, uma em 27 de outubro, em Lorvão, a outra em véspera de S. Martinho, na Aveleira. A deste dia, perdida a dimensão sagrada, reduzia-se então aos prazeres da comida, da bebida e da dança, sendo «comemorado entusiasticamente em tascas e armazéns de vinho nas primeiras décadas do século»⁴². Com frequência era este entusiasmo causa de muitas desordens e podia desencadear as piores

³⁹ Rui de Ascensão Ferreira Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*, Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque; Câmara Municipal da Figueira da Foz, Livraria Minerva, 1998, p. 461-527.

⁴⁰ Como acontece numa aldeia do concelho da Guarda. Teresa Líbano Monteiro, “Fés, credos e religiões” in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*. Vol. IV. Ana Nunes de Almeida (coord.), *Os nossos dias*, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 282.

⁴¹ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 355.

⁴² Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Vol. V. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 523.

consequências, como aconteceu neste ano em que morreu o «tal bêbedo do Roxo», como ele reporta. Ele próprio louvou o santo de modo bem profano, pois não pôs os pés na missa e confraternizou com um António, chamado “do Porto”, indo juntos folgar para a Aveleira.

A 27 de outubro é a véspera da festa de São Simão e São Judas. Faziam-se então os magustos ou merendas de castanhas assadas numa fogueira. Segundo Teófilo Braga, era uma festividade cujas raízes mergulhavam longe no tempo, talvez na consagração druida do fogo da paz com que se reconciliavam os vizinhos desavindos e a que o Cristianismo tinha justaposto a glorificação dos referidos santos⁴³. Certo é ele ter andado no dia anterior a apanhar as primeiras castanhas no sítio da Aveleira.

Estas festas integravam-se no ciclo do outono, acabados os dias longos e quentes, em que a natureza se revestia de tons cinzentos. Comer castanhas, beber vinho e contemplar o fogo a consumir os matos até ficarem em cinza, de roda da fogueira, era ao mesmo tempo uma celebração da vida e uma evocação dos mortos. Evocação que se fazia também no dia dos fiéis defuntos que coincidia com o dia do aniversário da Confraria das Almas.

Festa maior marcada no calendário popular era a do Natal. De véspera, ainda ele andou a arrancar os enxertos do viveiro e consoou em casa, como parece indicar a compra de bacalhau feita a 20 de dezembro. No dia, partiu cedo para o Carvalho, freguesia do concelho de Penacova situada a noroeste da vila, e de lá para os Carvalhais, lugar da mesma. Fez a jornada acompanhado. E por lá se demorou, já que só no dia 26, à tarde, iniciou o caminho de retorno, não voltando diretamente para casa, pois pernitoitou na Figueira. O Natal, momento de celebração religiosa, era visto já sobretudo como uma festa da família⁴⁴, momento de reunião e de convívio de uma parentela mais alargada que por vezes vinha de longe e apenas por esta ocasião.

Neste caso, o encontro teve motivos redobrados, pois houve batizado solene e festa animada por música, com a particularidade de ter tocado um gramofone. Este era uma invenção relativamente recente⁴⁵, aparelho dispendioso, que não estava ao alcance de qualquer bolsa, e que acarretava ainda, em acréscimo, o custo da aquisição dos discos. A música fazia parte da tradição cultural em meio popular e rural, assente no canto, na dança e na execução de instrumentos como a viola, a guitarra ou o bandolim, instrumentos de uso corrente nestas paragens

⁴³ Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. II, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 222.

⁴⁴ Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade”, cit., p. 236.

⁴⁵ O gramofone foi inventado em 1887 por Emile Berliner.

como fica sublinhado até pelos concertos a que já aludi. O “grammophornio” rompia com a forma costumeira de aí viver a música, era um objeto de ostentação, com que gente abastada queria sublinhar uma distinção e um tipo de sociabilidade de elite, mas inovação que se ia propagando à medida que as condições de vida nos campos melhoravam.

Durante estes meses, foi três vezes a Coimbra, para receber o ordenado, fazer pagamentos pela Confraria, cumprimentar o “Doutor Júlio”, fazer algumas compras, por exemplo, cabedal e sola para o calçado. Numa destas saídas, fez o percurso com dois companheiros, o António do Porto e o António Silva, almoçando todos juntos na cidade. Num domingo de novembro viajou até Sangalhos a visitar o “Senhor Padre Miguel”, regressando dois dias depois. Estas deslocações nem sempre eram fáceis: numa segunda-feira de outubro, dirigindo-se à cidade, ainda chegou até ao Porto da Aveleira, mas teve de voltar para trás por causa do temporal. Entretanto, não calhou ir a qualquer feira e não frequentava tabernas, ambos locais e pretextos de sociabilidade masculina. Preferia talvez receber em casa: jantou com ele o António do Porto num domingo de novembro e o Alves no primeiro dia do ano. De vez em quando vinha o Moreira, procurador da confraria, com as guias e os recibos dos empréstimos para ele assinar.

Parece dar pouca atenção às novidades da terra. Apenas assinala o falecimento e enterro de uma vizinha, a vinda do médico a casa de uma outra e o assassinio de um homem: «Disse-se que o Zé Maria Ralha matou o filho do Pinto com uma facada». Este Pinto talvez fosse um dos serradores que trabalhava com ele, trato pessoal que explicaria um interesse maior. Esta é ainda uma época em que a violência fazia parte do mundo rural, a qual facilmente irrompia nas palavras, nos gestos e em agressões⁴⁶. Deparar com um crime de morte não é pois totalmente inesperado, sobretudo se admitirmos a veracidade de um texto coevo sobre Lorvão, em que o autor afirma que as pessoas trocavam constantes ameaças e injúrias, andavam sempre de canivete em punho⁴⁷, embora também acrescente que, por falta de energia, nunca o enfiavam pelo seu semelhante⁴⁸.

Feita a travessia pelos meandros do diário deste homem singular, debuxa-se agora em notas finais um quadro do seu quotidiano, tal como a redação do mesmo o deixa vislumbrar, ou seja, a sua vida fora de portas, maiormente a de trabalho. Nada se fica a saber, porém, sobre a sua vida privada, a organização

⁴⁶ Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural ...*, cit., p. 495-498.

⁴⁷ Penso que isso talvez ocorresse por causa do talhe dos palitos, sua ocupação dominante.

⁴⁸ Magalhães Colaço, “Palitos de Lorvão”, *Ilustração Portuguesa*, 364 (10 de fevereiro de 1913), p. 72.

doméstica, as características e funcionalidades da sua casa. Há um silêncio total sobre sentimentos e afetos. As pessoas que povoam as páginas que escreve são aquelas com quem interage a nível profissional. Na estruturação da atividade agrícola, fica a ideia que não recorre a mão de obra familiar, dominando uma lógica contratual.

Vive integrado numa economia camponesa, desenvolve simultaneamente a atividade na lavra, na vinha, em pinhais e olivais, colhendo e semeando, e em tarefas de apoio à agricultura, com edificações e reparações necessárias para a concretização dessa atividade.

Nas terras cultiva cereais, com destaque para o milho, batata, vinha, leguminosas e hortaliça, num sistema de policultura. Pelo volume das colheitas, parece ser a sua uma produção não de subsistência, mas virada para o mercado. A do azeite certamente, como fica provado pela venda que faz a Manuel Rosa, de Lorvão, de dois cântaros em setembro e mais seis em outubro, a 2.500 réis o cântaro.

Tem as propriedades dispersas por terrenos localizados em vários sítios e lugares e com dimensão a exigir diariamente a contratação de braços para o serviço.

Para além do trabalho no campo, fabrica e conserta calçado, utensílios, ferramentas, instrumentos, mostrando dominar técnicas que exigem uma aprendizagem diferenciada. Algumas destas obras relevarão da entreatjada aldeã, outras serão executadas a troco de pagamento.

Exerce um prestigioso cargo numa confraria que é uma das maiores e mais importantes do distrito, o que demonstra que desfruta de uma boa integração na comunidade. Encaixa-se bem na vida rural, onde se movimenta com mestria e à vontade, e onde o trabalho é considerado acima de tudo como uma necessidade vital. Poucas são as suas folgas. Reparte as tarefas agrícolas e as de oficina, consoante as circunstâncias, sem grandes pausas. O trabalho também lhe traz realização pessoal, pois deixa perpassar contentamento pela boa qualidade do concerto no alambique, considerando que “ficou muito bem”.

Vai pouco à missa. Não é dado a confraternizações, passeia muitas vezes sozinho, viaja de quando em vez. O enigma que fica é ele mesmo, este homem dos sete ofícios, agricultor, sapateiro, latoeiro, serralheiro, carpinteiro, violeiro, mestre de obras. Será um lavrador que nas horas mortas do trabalho do campo se torna artesão ou um artífice que tem umas terras para amanho?

Imaginá-lo nos fins de tarde, sentado a uma mesa, enquanto espera pela refeição, a lançar umas linhas ao papel, a tentar reter a memória dos trabalhos e dos dias, causa admiração, pois parece pouco condizente com o mundo em que vive.

